

[illegible]



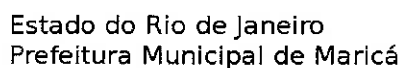
Nº DO PROCESSO	0026260/2024	DATA DE ENTRADA	06/12/2024 14:55:48
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

**COMPLEMENTO**  
**IMPUGNAÇÃO PP 19/2023**

REQUERENTE	
GAVEA FACILITIES	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
111813-MARIA LUCIA CARDOSO TRAVASSOS--ASSESSOR 3 - AS 3



**Nº DO PROCESSO**  
**0026260/2024**

DATA ABERTURA

REQUERENTE  
GAVEA FACILITIES  
ASSUNTO  
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL  
COMPLEMENTO  
IMPUGNAÇÃO PP 19/2023

## OS FATOS

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo 26.260/24  
Data 06/12/24  
Folha 03

Publicado o edital 19/2023 pela Secretaria Municipal de Educação de Marica, para contratação de empresa para prestação de serviços de gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife, a Impugnante se interessou por participar, entretanto, identificou que já fora alvo de diversas impugnações e representações, mas republicado e ainda havendo defeitos e nulidades, a prejudicar a competição e o julgamento objetivo, necessária a presente impugnação.

## DA TEMPESTIVIDADE DO PRAZO

Em sede de preliminar impugnatória a sessão deste certame em questão esta prevista em sua realização para o dia 10 de dezembro de 2024 (terça- feira), neste caso respeito-se o prazo de até (dois) dias úteis para registro devido no qual tem seu prazo de finalização no dia 06 de dezembro sendo a impugnação registrada de forma tempestiva.

## ILEGALIDADE E EXCESSO NA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA ITEM 12.B.5 E 12.B.6

Há claro erro e excesso nos itens apontados, pois ambos indicam que a comprovação de Capital circulante Líquido deve ser de 16,66% e o patrimônio líquido igual a superior a 10% ao valor estimado da contratação, o que não corresponde a realidade, pois tais percentuais devem atender não ao valor estimado, mas ao valor da proposta.

O objeto da licitação é exatamente buscar a menor proposta, logo, contraditório exigir capacidade econômica superior ao que, de fato, é a proposta e o contrato, sob pena de restringir de forma injusta a participação na licitação.

Ponto que deve ser ajustado, para que a análise das condições econômico-financeiras preveja a verificação da realidade, permitindo reais reduções de preços por qualquer licitante apto a licitar e em prol do interesse público.

## O EXCESSO DO ITEM B.1 "OBSERVAÇÃO" (ao final do item)

Em atendimento ao inciso I do art. 31 da Lei 8.666/93 o edital impõe a apresentação do último balanço patrimonial apresentável e já exigível. Até aí não há ilegalidade alguma.

É importante destacar que a licitação ocorrendo em dezembro de 2024 o último balanço exigível é de 2023.

Acontece que, em claro defeito de interpretação do acórdão 119/2016 do TCU, o edital fez constar uma "OBS" ao final do item B. Jamais o dito acórdão impôs a inabilitação de um licitante porque o seu balanço foi ou não aprovado até o final do quarto mês do ano subsequente ao exercício, conforme reza o Código Civil.

Ao contrário, explicou que, se ocorrida a licitação após o prazo de apresentação do balanço, neste caso, sendo SPED este é 28/06, conforme art. 5º da IN RFB 1.420/2013 evidente que o balanço exigível é o do exercício anterior.

PREFEITURA DE MARICÁ  
26.260124  
06/12/24  
04

“18. **Ad argumentandum**, com vistas a uma maior uniformidade das deliberações deste Tribunal, aproveito o ensejo para, a seguir, externar meu entendimento sobre a melhor interpretação a ser conferida ao art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93.

19. Preliminarmente, impende transcrever o seguinte excerto do voto condutor do Acórdão 1999/2014-TCU-Plenário, em que se defende posição contrária à que sustentarei nesta oportunidade:

9. Alega a representante que a “validade dos balanços” se findaria em 30/6/2014, por força da **Instrução Normativa da Receita Federal 1.420/2013**.

10. **Tal normativo institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), que deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la. Segundo o art. 3º dessa norma, ficam obrigadas a adotar a ECD as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido (o que seria o caso da representante). O art. 5º da IN estabelece que a ECD será transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.**

11. Entende a representante que os dispositivos acima mencionados exigiriam que o INSS, em maio de 2014, ainda aceitasse como “válido” o balanço e as demonstrações relativas a 2012, uma vez que não teria se encerrado o prazo estabelecido no art. 5º da referida norma, que é 30 de junho.

12. **Esse entendimento não merece prosperar. O prazo para aprovação do balanço é 30/4/2014, segundo disposto no art. 1078 do Código Civil. Evidentemente, uma instrução normativa não tem o condão de alterar esse prazo, disciplinado em lei ordinária. O que a IN faz é estabelecer um prazo para transmissão da escrituração contábil digital, para os fins operacionais a que ela se destina.** (grifei)

20. Sustento entendimento diverso justamente por não vislumbrar qualquer tipo de conflito entre o conteúdo do art. 1.078 do Código Civil e o teor do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) 1.420/2013, como sugere o sobredito acórdão. Ao revés, homenageando a interpretação sistêmica do ordenamento jurídico vigente, defendo que ambos os dispositivos se prestam justamente a complementar o art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, conferindo-lhe assim eficácia plena, senão vejamos.

21. De acordo com o referido art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, é legítimo exigir do licitante, para fim de qualificação econômico-financeira, “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, **já exigíveis e apresentados na forma da lei (...)**”. [grifei]

22. Entendo que a expressão acima empregada “na forma da lei” refere-se tão somente ao termo “apresentados”, e não à expressão “já exigíveis”. Significa dizer que a lei disciplinará a apresentação do “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social”, estando esse disciplinamento hoje contemplado no Código Civil (Lei 10.406/2002), especificamente em seu art. 1.078 - o qual deixa assente que tal apresentação será feita para que a assembleia dos sócios da sociedade limitada delibere sobre os documentos que lhe foram apresentados -, nada discorrendo sobre a exigibilidade dessa documentação para fim de participação em processo licitatório...”

Para concluir o Min Vital do Rego que:

26260124  
00.12.24  
05

“26. Em apertada síntese, somente quando a convocação de licitante - que tem como regime de tributação o lucro real ou o lucro presumido - para apresentação da documentação prevista no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93 ocorrer após o último dia útil do mês de junho de determinado exercício social, a documentação a ser apresentada no certame relativa ao "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social" será realmente a pertinente ao exercício social anterior àquele em que fora efetivada a referida convocação.”

Esse é o presente caso, pois a licitação ocorrendo após o prazo para se considerar “exigível” o balanço (após junho), este, o de 2023 deve ser o apresentado em nada sendo relevante se o mesmo foi aprovado até abril. O que importa é que, o exigível é o de 2023 e, se o 2023 está sendo apresentado com a chancela da RFB, não é caso de inabilitação, conforme ameaça o final da “OBS” do item B do edital.

A hipótese defendida pelo edital é cabível, quando a licitação ocorrer entre abril e junho de cada ano, fora disso não faz sentido algum, ao contrário, é ilegal não há previsão legal disso na Lei 8666/93, até porque restringe de maneira não justificada a ampliação da disputa e gera prejuízo aos cofres públicos.

Por isso deve a exigência e a ameaça ser retirada do edital.

#### **A GRAVE ILEGALIDADE**

#### **A VELADA MISTURA DA LEI 8666/93 E DA LEI 14133/21**

Com a publicação e vigência da Lei 14.133/21 se estabeleceu que não se pode “misturar” os institutos, tal como prevê a parte final do art. 191.

O município de Maricá decidiu por manter a vigência da lei 8666/93 neste certame, possivelmente porque iniciado no ano de 2022, entretanto, estabeleceu uma condição para comprovação da capacidade técnica no item C.2.5 que não existe na Lei 8666/93, mas tão somente veio a ser instituída na Lei 14.133/21, assim, completamente ilegal.

Ilegal duas vezes, a primeira porque é condição não permitida e não prevista na Lei 8.666/93 e, a segunda, porque misturou as legislações usando permissivo só válido na Lei 14.133/21.

O item C.2.5 estabelece que:

“C.2.5 - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.”

Não, não podem. Essa autorização só veio na Lei 14.133. A única forma de comprovação de tempo de experiência e capacidade técnica são os Atestados, na forma do art. 30 da Lei 8.666/93.

Por este motivo, a necessária revisão do item e do edital.

#### **O EXCESSO DE GARANTIA**

#### **Item 19.4.3.1**

PREFEITURA DE RIO DE JANEIRO  
PROCESSO Nº 26260124  
Data de Edição 08.12.24  
Valor 06

Igual ao noticiado acerca da capacidade econômico-financeira, estabeleceu de maneira equivocada e excessiva, que a garantia contratual de 5% será sob o valor estimado.

O valor da garantia é de 5% do valor do contrato e, este, somente ocorrerá após a assinatura da ata de registro, e constará valor não só da proposta, mas apenas da efetiva quantidade requisitadas.

Importante relembrar que não só o estimado não será o valor contrato, como se trata de Registro de Preço, o que oportuniza a Secretaria de Educação requisitar a quantidade que entender necessária, sendo o mínimo de 50%, logo, o valor do contrato será referente a esse quantitativo, conforme valores unitários da proposta que forma registrado em ATA (SRP), e desse valor contratual apurado e que constará no instrumento, devida a garantia de 5%.

Mais um ponto a ser revisto no edital.

#### **AUSENCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS PENALIDADE**

O edital estabelece no item 23.1.f a possibilidade da aplicação da penalidade de inidoneidade. Ocorre que no item 17 (DOS RECURSOS) ignora essa penalidade e, por consequência, não anota em lugar nenhum do edital quais os instrumentos e prazos para o exercício do eventual direito a ampla defesa e contraditório.

Essa penalidade em específico tem uma previsão de processo especial, ante sua amplitude, inclusive prazos e competência, mas o edital cuidou de todas, menos desta, sendo omissa no ponto e, por isso, a necessária revisão.

#### **A OMISSÃO RISCO DE PREJUÍZO AO JULGAMENTO OBJETIVO**

O ITEM 24.10 vem com uma alerta, importante para fins de julgamento da habilitação, de que a “estimativa do item 25.8 do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira...”

Acontece que o item 25.8 não possui estimativa alguma, na verdade fala atender aos quantitativos. Além do erro, a questão pode gerar confusão no julgamento já que não está claro, então, qual o quantitativo para fins de balizar a análise da habilitação.

**PEDIDO**

PREFEITURA DE MARICÁ  
20260/24  
06/12/24  
JAN 02

Isto posto, requer seja recebida a provida a impugnação para fazer os ajustes e correções apontadas, republicando o edital com a nova versão.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024



CIRO LANA BISPO VILLAR  
IDENT. Nº 20-91626 – CRA/RJ  
CPF Nº 145.544.857-57  
(DIRETOR EXECUTIVO)

---

**GÁVEA FACILITIES SERVIÇOS GERAIS LTDA**



002

**Hash:** E0A518BA-7AFA-4DF7-A16F-B46E78DB7411

Orgão	Calculado	Pago
Junta	511,00	560,00
DNRC	0,00	0,00

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LAURA OFÉLIA REGA ABITAN SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

[illegible]

Deferido em 05/01/2024 e arquivado em 05/01/2024

SECRETÁRIO GERAL

**Observação:**

Nº de Páginas

Capa Nº Página

9

1/1





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1033756-4

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

JUCERJA

Último arquivamento:

52901659889 - 28/09/2023

NIRE: 33.2.1033756-4

GAVEA FACILITIES SERVICOS GERAIS LTDA

Boleto(s): 104593771, 104600394

Hash: E0A518BA-7AFA-4DF7-A16F-B46E78DB7411

Orgão	Calculado	Pago
Junta	511,00	560,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## GAVEA FACILITIES SERVICOS GERAIS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

### Requerente

Nome:	LARA FERREIRA NEVES REINISCH
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2122838071
E-mail:	larareinisch@maximacontadores.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/01/2024
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

05/01/2024

Data



2024/00003884-2

**DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
“GAVEA FACILITIES SERVIÇOS GERAIS LTDA”**

**CNPJ: 27.544.276/0001-97**

**NIRE 3321033756-4**

*Pelo instrumento particular, de alteração contratual,*

**CIRO LANA BISPO VILLAR**, brasileiro, solteiro, nascido em 10/03/1991, portador da carteira de identidade nº 268764024, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 145.544.857-57, residente e domiciliado na Avenida Lucio Costa, 3360, Bloco 1 Apto. 2702, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.630-010;

**BRUNO FERREIRA NEVES**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 205693419, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 134.500.367-69, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, 1350, Bloco 1, Apto. 404, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.620-311.

*Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada denominada GAVEA FACILITIES SERVIÇOS GERAIS LTDA e nome fantasia GAVEA FACILITIES, com sede na Avenida das Américas, 4200, Bloco 8 Sala 101 B, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-907, inscrita no CNPJ sob nº 27.544.276/0001-97, conforme Contrato Social registrado na JUCERJA sob NIRE 3321033756-4, por despacho de 12/04/2017 e demais Alterações também registradas na JUCERJA, sendo a última sob o número 00005714066, por despacho de 28/09/2023.*

**RESOLVEM de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o seu contrato social conforme as cláusulas e condições seguintes:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Neste ato, os sócios deliberam pela alteração do objeto social, dando nova redação a cláusula quarta do contrato social:

**“CLÁUSULA QUARTA.** A sociedade tem por objeto social as atividades:

*Projetar; instalar e conservar sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica, locação de aparelhos de ar condicionados de janelas de todas as capacidades, locação de aparelhos de ar condicionado SPLIT de todas as capacidades de locação de ar condicionado central com refrigeração a ar e a água de todas as capacidades com*

*assistência técnica e manutenção de todos os aparelhos acima descritos, manutenção, conservação, limpeza, higienização de imóveis e de reservatório de água e instalação e serviços de informática e telecomunicações, a exploração do negócio de obras de engenharia civil, construção civil de acordo com as atribuições do profissional; supervisão; coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento; projeto e especificação; estudo e viabilidade técnico e econômica, assistência e consultoria; direção de obras e serviços técnicos, vistoria; elaboração de orçamentos; fiscalização de obras e serviços técnicos; condução de trabalho; condução de equipe de instalações; execução de instalações; montagem e reparos; operação manutenção de equipamentos e instalações; execução de desenhos técnicos; terraplanagem; pavimentação; serviços de fornecimento de mão de obra especializada; recepcionista; porteiro; vigias; garçons; copeiras e ascensorista; auxiliares administrativos; auxiliares técnicos; auxiliares de departamentos e profissionais liberais nas áreas de engenharia elétrica e mecânica, publicidade, psicologia, comunicação jurídica e telemarketing receptivo e ativo, organização e métodos de gestão, execução e manutenção preventiva e corretiva, de sistema elétrico de baixa e alta tensão, manutenção predial, manutenção mecânica e de refrigeração, montagens industriais, exploração de equipamentos, maquinários em geral, dedetização, desratização, vestuários e equipamentos individuais, serviços de lavanderia, supervisão, penda, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico, mensuração e controle de qualidade, trabalho técnico, vigia, exploração e salas de banhos, saunas, bares e perfumarias, execução de projetos, instalações, assistência técnica, assessoria, instrumentação, informática, eletrotécnica, telemática e energia, motoristas, secretariados, gerenciamentos e condução de veículos automotivos, serviços de tecnologia da informação de arquitetura tecnológica e telecomunicações; Carga e Descarga, Conferência de Carga e Descarga, Expedição e Uso de Empilhadeira Elétrica com operador; Serviços de logística; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Provedores de acesso às redes de comunicações; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Serviços de segurança contra incêndio; Instalação de aparelhos de prevenção contra incêndio e pânico; Serviços privados de brigadas de incêndio (e prevenção); Bombeiro profissional civil."*

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato social não modificadas pelo presente instrumento de alteração contratual.

*Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.*

**CONTRATO SOCIAL**  
**"GAVEA FACILITIES SERVIÇOS GERAIS LTDA"**  
**CNPJ: 27.544.276/0001-97**  
**NIRE 3321033756-4**

***Pelo presente instrumento particular de consolidação de contrato social, os abaixo-assinados***

**CIRO LANA BISPO VILLAR**, brasileiro, solteiro, nascido em 10/03/1991, portador da carteira de identidade nº 268764024, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob

o nº 145.544.857-57, residente e domiciliado na Avenida Lucio Costa, 3360 Bloco 1, Apto. 2702, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.630-010;

**BRUNO FERREIRA NEVES**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 205693419, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 134.500.367-69, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, 1350, Bloco 1, Apto. 404, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.620-311.

*Tem entre si justa e contratada a constituição de uma Sociedade Empresária Limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:*

#### **NOME EMPRESARIAL, SEDE E FILIAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade organizada sob forma de sociedade empresária limitada, de acordo com a lei 10.406/2002, tem denominação social de **GAVEA FACILITIES SERVIÇOS GERAIS LTDA** e nome fantasia **GAVEA FACILITIES**;

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade tem sede na Avenida das Américas, 4200, Bloco 8 Sala 101 B, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-907, filial nº 01 na Rua Alceu Wamosy, 20, sala 10, Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP 04105-040 e filial nº 02 na Rua 10, 93, Setor Oeste, Goiânia, GO, CEP 74120-020;

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovada pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

#### **OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA.** A sociedade tem por objeto social as atividades:

*Projetar; instalar e conservar sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica, locação de aparelhos de ar condicionados de janelas de todas as capacidades, locação de aparelhos de ar condicionado SPLIT de todas as capacidades de locação de ar condicionado central com refrigeração a ar e a água de todas as capacidades com assistência técnica e manutenção de todos os aparelhos acima descritos, manutenção, conservação, limpeza, higienização de imóveis e de reservatório de água e instalação e serviços de informática e telecomunicações, a exploração do negócio de obras de engenharia civil, construção civil de acordo com as atribuições do profissional; supervisão; coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento; projeto e especificação; estudo e viabilidade técnico e econômica, assistência e consultoria; direção de obras e serviços técnicos, vistoria; elaboração de orçamentos; fiscalização de obras e serviços técnicos; condução de trabalho; condução de equipe de instalações; execução de instalações; montagem e reparos; operação manutenção de equipamentos e instalações; execução de desenhos técnicos; terraplanagem; pavimentação; serviços de fornecimento de mão de obra especializada; recepcionista; porteiro; vigias; garçons; copeiras e ascensorista; auxiliares administrativos; auxiliares técnicos; auxiliares de*

*departamentos e profissionais liberais nas áreas de engenharia elétrica e mecânica, publicidade, psicologia, comunicação jurídica e telemarketing receptivo e ativo, organização e métodos de gestão, execução e manutenção preventiva e corretiva, de sistema elétrico de baixa e alta tensão, manutenção predial, manutenção mecânica e de refrigeração, montagens industriais, exploração de equipamentos, maquinários em geral, dedetização, desratização, vestuários e equipamentos individuais, serviços de lavanderia, supervisão, penda, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico, mensuração e controle de qualidade, trabalho técnico, vigia, exploração e salas de banhos, saunas, bares e perfumarias, execução de projetos, instalações, assistência técnica, assessoria, instrumentação, informática, eletrotécnica, telemática e energia, motoristas, secretariados, gerenciamentos e condução de veículos automotivos, serviços de tecnologia da informação de arquitetura tecnológica e telecomunicações; Carga e Descarga, Conferência de Carga e Descarga, Expedição e Uso de Empilhadeira Elétrica com operador; Serviços de logística; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Provedores de acesso às redes de comunicações; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Serviços de segurança contra incêndio; Instalação de aparelhos de prevenção contra incêndio e pânico; Serviços privados de brigadas de incêndio (e prevenção); Bombeiro profissional civil.*

**CLÁUSULA QUINTA.** A sociedade iniciou suas atividades em 12/04/2017 e seu prazo de duração é indeterminado. (Art. 997, II, CC/2002).

#### **CAPITAL SOCIAL, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS**

**CLÁUSULA SEXTA.** O Capital Social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País e distribuído entre os sócios, na forma que segue:

Sócios	Nº de Quotas	%	Valor R\$
<b>CIRO LANA BISPO VILLAR</b>	450.000	90,00	450.000,00
<b>BRUNO FERREIRA NEVES</b>	50.000	10,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>500.000</b>	<b>100,00</b>	<b>500.000,00</b>

**CLÁUSULA SÉTIMA.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do artigo 1052 da Lei 10.406/2002;

**Parágrafo Único.** O Capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes por criação de partes novas, representadas por dinheiro ou bens ou pela conversão, em parte, do passivo ou das reservas, mediante deliberações dos sócios e, poderá, igualmente, ser reduzido por qualquer motivo que seja e, principalmente, pela amortização das partes, nas mesmas condições exigidas pelo aumento.

**CLÁUSULA OITAVA.** Nenhum dos sócios poderá ceder, transferir, alienar ou dar em garantia as suas quotas de Capital Social, sem o prévio consentimento expresso do outro sócio, que terá sempre a preferência para aquisição das mesmas, em igualdade de condições.

## ADMINISTRAÇÃO E PRO LABORE

**CLÁUSULA NONA.** A administração da sociedade será exercida pelo sócio **CIRO LANA BISPO VILLAR**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Caberá ao sócio administrador, o direito à retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será previamente combinado.

## FALECIMENTO DE SÓCIO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único.** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (Art. 1.028 e 1.031, CC/2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** No caso de divergência que impossibilite a continuação harmoniosa da sociedade ou de conveniência particular, assistirá a qualquer dos sócios o direito de apresentar proposta por escrito, com o prazo de 60 (sessenta) dias para solução definitiva, sendo que, os haveres do sócio retirante, salvo acordo em contrário, serão pagos na forma da cláusula Décima Primeira deste instrumento.

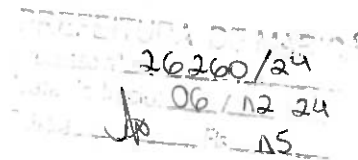
## BALANÇO PATRIMONIAL, LUCROS E PERDAS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas, apurados. (Art. 1.065, CC/2002)

**Parágrafo Único.** A distribuição de lucros entre os sócios far-se-á, em regra, proporcionalmente às participações no capital social, podendo, por deliberação dos sócios, diferir dessa proporção, considerando-se a contribuição de cada um para os resultados da sociedade.

## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** Os Sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).



## CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

## CONSTITUIÇÃO DE PROCURADORES

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** Os sócios poderão constituir procuradores para substituí-los em seus impedimentos temporários, sendo que nos instrumentos deverão especificar a finalidade e o prazo de validade, exceto para fins judiciais.

## FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.** Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito, desde já, o Foro desta cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

*E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 01 (uma) via de igual forma e teor, que será assinada pelos sócios.*

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2023.

**CIRO LANA BISPO**  
**VILLAR:14554485757**

Assinado de forma digital por CIRO LANA  
BISPO VILLAR:14554485757  
Dados: 2024.01.04 10:55:46 -03'00'

**CIRO LANA BISPO VILLAR**

**BRUNO FERREIRA**  
**NEVES:13450036769**

Assinado de forma digital por BRUNO  
FERREIRA NEVES:13450036769  
Dados: 2024.01.04 10:58:08 -03'00'

**BRUNO FERREIRA NEVES**

Advogado:

**ELZA NERIS FERREIRA**  
**NEVES:55027415753**

Assinado de forma digital por ELZA NERIS FERREIRA  
NEVES:55027415753  
Dados: 2024.01.04 11:00:24 -03'00'

**ELZA NERIS FERREIRA NEVES**  
**OAB-RJ 93808**  
**CPF 550.274.157-53**



PREFEITURA DE MARICÓIA  
Inscrição nº 26260124  
Data de Insc. 06/12/24  
Folha 01 de 16



## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA GAVEA FACILITIES SERVICOS GERAIS LTDA, NIRE  
33.2.1033756-4, PROTOCOLO 2024/00003884-2, ARQUIVADO EM 05/01/2024, SOB O  
NÚMERO (S) 00005961621, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
112.103.127-78	LARA FERREIRA NEVES REINISCH

5 de janeiro de 2024.

Gabriel Oliveira de Souza Voi  
Secretário Geral



262600124  
06/12/24  
17

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1 NOME E SOBRENOME  
BRUNO FERREIRA NEVES

1ª HABILITAÇÃO  
28/08/2008

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
24/09/1989 RIO DE JANEIRO/RJ

4a DATA EMISSÃO  
31/05/2023

4b VALIDADE  
29/05/2033

ACC **D**

4c SOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
205693419D/CRJ

4d CPF  
134.500.367-63

5 Nº REGISTRO  
04440796631

6 CAT. HAB.  
B

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FILIAÇÃO  
OSWALDO FERREIRA NEVES

ELZA NEVES FERREIRA NEVES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2619907281

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			29/05/2033	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÃO

LOCAL  
RIO DE JANEIRO, RJ

RIO DE JANEIRO

SENTRAN CONTRAN

ASSINATURA DO EMISSOR  
54048601715  
RJ963193295

PROIBIDA REPRODUÇÃO  
2619907281

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL



0207  
Polegar Direito



*[Signature]*  
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 26.6/6.402-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/04/2018

NOME  
CIRO LANA BISPO VILLAR

FILIAÇÃO  
SID ROBERTO VILLAR

EURÍDICE LANA BISPO

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO/RJ

DATA DE NASCIMENTO

10/03/1991

DOC. ORIGEM

C. NASC LIV 00154A FLS 138

TERM 0010476 C 011

RIO DE JANEIRO RJ

CPF

145.544.857-57

001 2 Via

LEONARDO BISPO VILLAR  
Assinatura do Titular  
ID 3887183

0207

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PREFEITURA DE MARICÁ  
26260124  
Data de Emissão 06/12/24  
Data de Validade 18